



**BNP PARIBAS  
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

# Relatório e Contas do Exercício de 2008

## Índice:

- 1 Relatório do Conselho de Administração
- 2 Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
- 3 Balanço
- 4 Demonstração de Resultados
- 5 Activos Tangíveis e Intangíveis
- 6 Fluxos de Caixa
- 7 Anexo às Demonstrações Financeiras
- 8 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 9 Certificação Legal das Contas

## **Relatório do Conselho de Administração**

Senhores accionistas,

De acordo com a lei e os estatutos da nossa empresa submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2008.

### **Envolvente Externa**

O ano 2008 iniciou-se repleto de incertezas quanto à evolução da economia mundial.

As economias apresentavam sinais claros de desaceleração a justificar a baixa das taxas de juro, mas a escalada do preço de petróleo e seus efeitos sobre a inflação não permitia o corte nas taxas de juro que a economia reclamava.

O sistema financeiro demonstrava uma grande debilidade e nem as intervenções concertadas dos Bancos Centrais conseguia resolver a notória falta de liquidez. Tudo indicava que 2008 iria ser um ano difícil.

No decurso de 2008 foram ultrapassadas as perspectivas mais sombrias para o sistema financeiro e para a economia global.

A crise no sistema financeiro norte-americano agravou-se de tal forma que vários grandes Bancos desapareceram da paisagem financeira mundial ao serem absorvidos «in extremis» por outros Bancos seus concorrentes ou entrando mesmo em situação de falência. Outros conseguiram manter-se mas à custa da intervenção das autoridades estatais.

E aquilo que parecia ser uma crise do sistema financeiro americano rapidamente se propagou aos Bancos Europeus onde, também, vários Bancos tiveram de ser salvos por antigos concorrentes seus ou pelos Estados.

Fragilizados pelas perdas entretanto assumidas, desconfiados uns dos outros e com uma enorme aversão ao risco, os Bancos diminuíram a concessão de crédito à economia e aumentaram o prémio de risco. O crédito deixou de chegar às economias em quantidade e preço suficientes para a sua saudável evolução.

Por outro lado, o mercado de capitais registou enormes quebras nas cotações, as expectativas das empresas e dos particulares atingiram os níveis mais baixos das últimas décadas. O investimento

diminuiu, o desemprego começou a aumentar e o consumo das famílias estagnou. As economias mundiais mais desenvolvidas entraram em recessão e as economias emergentes diminuíram significativamente o seu crescimento.

No final do ano 2008 e início de 2009, assistiu-se a um grande esforço dos Estados no apoio ao relançamento das economias, lançando mão de estímulos ao investimento e ao consumo de montantes impensáveis há alguns meses e estabelecendo mecanismos que permitam ao sistema financeiro cumprir o seu papel de financiadores do desenvolvimento das economias.

### **Envolvente Interna**

A economia Portuguesa, pequena economia fortemente aberta ao exterior e que vinha a dar alguns sinais de recuperação após vários anos de divergência face ao crescimento médio das economias da zona Euro, não suportou o impacto negativo da crise internacional.

Com os nossos clientes internacionais mais importantes em dificuldades, designadamente a Espanha e a Alemanha, as exportações, que vinham a ser o motor principal da recuperação da economia Portuguesa nos últimos anos, deixaram de impulsionar a economia para o crescimento. A actividade económica nos últimos meses do ano caiu drasticamente, o desemprego começou a aumentar e a economia Portuguesa entrou em recessão.

Tal como noutros países europeus o Governo Português decidiu avançar com um conjunto de medidas de estímulo à economia a fim de evitar que a recessão se agudize.

### **Evolução da economia portuguesa e das empresas**

No decurso dos últimos 10 anos assistiu-se a um ajustamento estrutural da economia Portuguesa. Desapareceu um número significativo de empresas industriais grandes consumidoras de mão-de-obra, seja de sectores tradicionais como o têxtil e o calçado, seja de multinacionais instaladas em Portugal nas décadas anteriores para aproveitar custos mais competitivos e que agora migram as suas operações para os países do Oriente, aproveitando as condições proporcionadas pela globalização da economia.

Em contrapartida a economia focalizou-se em sectores tidos como estratégicos para o país, como o turismo, as energias renováveis, o sector automóvel e alguns clusters tecnológicos.

Da conjugação destes dois aspectos e ainda por efeito da contenção orçamental seguida pelo Governo com vista à diminuição do deficit, resultou que a economia Portuguesa atravessou vários anos de crescimento divergente relativamente à média Europeia (tendo mesmo atravessado vários períodos de recessão), começando a dar algumas indicações de recuperação nos finais de 2007 e princípios de 2008.

A crise económica actual veio inverter esta tendência, de tal modo que a economia Portuguesa acabou o ano 2008 em recessão.

Grande parte das empresas apresentou uma quebra significativa das suas vendas no quarto trimestre de 2008. As pequenas e médias empresas encontram-se sobre endividadas e com dificuldades acrescidas de acesso ao crédito.

O número de insolvências de empresas aumentou 67% relativamente ao ano anterior e as perdas provocadas aumentaram as já difíceis condições de exploração das empresas. E nem o recurso ao seguro de crédito é de grande ajuda uma vez que as seguradoras, que têm registado um grande crescimento dos níveis de sinistralidade, aumentaram os preços e diminuíram significativamente as coberturas.

As empresas Portuguesas lidam, hoje, com a diminuição da procura dos seus produtos, com liquidez insuficiente e com o aumento significativo do risco de crédito dos seus clientes. Conjugação de condições que não augura nada de bom nem para as empresas nem para os seus fornecedores.

## **Evolução da Companhia**

Se no ano 2007 se tinham melhorado as condições de desenvolvimento através de um grande aumento dos fundos próprios e da alteração do estatuto jurídico para IFIC, no ano 2008 aumentou-se o ritmo de integração da Companhia no seio do Grupo BNP Paribas. De entre os factos mais salientes é de referir:

- Participação fundação da rede de empresas de factoring do Grupo, designada «BNP Paribas Factor Network»;
- Migração da actividade para um novo software com vocação para se tornar o software do Grupo BNP Paribas para as empresas de factoring.

Apesar de os projectos desta natureza conterem elevados níveis de complexidade e dificuldade, registamos com apreço que, com a compreensão dos nossos clientes e com a colaboração e esforço das equipas, a migração informática se está a concretizar sem atrasos significativos.

Em termos de actividade, a Companhia registou um aumento do volume de negócios de 14.0% tendo aumentado, igualmente, os proveitos líquidos em 24.5%.

Apesar de se terem registado custos excepcionais relacionados com a migração informática, a Companhia apresentou um coeficiente de exploração (coeficiente entre os custos gerais e os proveitos líquidos a fundos próprios normativos) de 37.51%, o que comporta uma melhoria relativamente aos 39.32% do ano 2007.

Se os proveitos e custos gerais evoluíram muito positivamente, o mesmo não se poderá dizer do custo do risco, o qual apresentou um agravamento significativo no decurso de 2008. O aparecimento de créditos de recuperação difícil e o aumento dos atrasos de pagamento levaram à criação de provisões para riscos efectivos e por atrasos de pagamento de valores elevados.

Não obstante grande parte das provisões criadas ser recuperável quando os atrasos de pagamento forem normalizados, a verdade é que os resultados líquidos do exercício foram fortemente afectados pelas provisões que tivemos de constituir.

A Companhia manteve uma política de riscos adequada à difícil conjuntura económica, no que respeita às diversas categorias de risco, designadamente:

Risco de crédito – reforço da autonomia e independência da Direcção de Riscos e manutenção de um contrato de resseguro com uma companhia de seguros de crédito; e

Risco de liquidez – crescimento sustentado em linhas de «funding» suficientes em montante e adequadas quanto ao preço e tipo de utilização.

A Companhia continuou a não utilizar instrumentos de cobertura de outros riscos por os considerar materialmente irrelevantes.

### **Perspectivas da economia para 2009**

De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional a economia mundial deverá registar, em 2009, um crescimento de 0.5% que será o mais baixo desde a segunda guerra mundial.

A zona Euro e o Reino Unido, nossos principais parceiros comerciais, deverão decrescer 2% e 2.8%, respectivamente. As previsões para a economia Portuguesa oscilam entre o decrescimento de 0.8% (previsto pelo Governo) e 1.6% (previsto pela União Europeia).

É, pois, de esperar um aumento do número de insolvências e consequente aumento do custo do risco.

A redução das necessidades de financiamento corrente das empresas devido à redução da actividade deverá ser contrariada pelo alargamento dos prazos de recebimento.

O sistema financeiro Português encontra-se debilitado pela crise mas deverá continuar a ser suportado pelo Governo, em caso de necessidade. Apresenta, contudo, uma forte aversão ao risco o que poderá levar a uma maior selectividade na concessão de crédito e ao aumento dos «spreads».

### **Posicionamento da Companhia**

A crise económica e financeira actual deverá aumentar significativamente o risco da actividade financeira na qual nos incluímos. Contudo, poderá igualmente criar a oportunidade de a indústria do factoring se impor como o parceiro de excelência no financiamento do crédito a clientes.

Consciente desta oportunidade, a Companhia vai continuar a apoiar a sua clientela habitual de PME (s), mas vai também fazer um esforço de penetração no sector das médias e grandes empresas, para as quais irá preparar soluções adequadas.

A Companhia propõe-se ser agressiva comercialmente, mas sem abdicar de uma grande exigência em matéria de risco.

A nível interno continuar-se-á com a adaptação da estrutura organizacional de modo a tirar proveito da nova aplicação informática, a melhorar a adaptação às novas necessidades do mercado e a dar cumprimento às exigências do regulador, designadamente as decorrentes do Aviso nº. 5/2008, de 25 de Junho de 2008.

### **Inexistência de dívidas ao Estado e Segurança Social**

Declara-se não existirem dívidas ao Estado e Segurança Social em mora.

### **Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Desde o encerramento do exercício até esta data não ocorreram factos cuja relevância justifique menção especial.

### **Agradecimentos**

O Conselho de Administração deseja agradecer a todos os clientes da Companhia pela sua fidelidade e pela compreensão manifestada durante o período de migração informática.

Deseja, igualmente, agradecer aos colaboradores Franceses e locais que deram o seu melhor para que a migração informática se concretizasse.

Deseja, finalmente, agradecer o esforço de toda a equipa que, num ano particularmente difícil, apresentou um desempenho que nos apraz registar.

### **Proposta de distribuição de resultados**

Nos termos da lei propomos a seguinte distribuição dos resultados do exercício, que foram de 2.336.410,81 €:

Para reserva legal.....	233.641,08 €
Para dividendos.....	1.971.469,73 €
Para prémios ao pessoal.....	131.300,00 €

Porto, 4 de Fevereiro de 2009-02-02

### **O Conselho de Administração**

## **ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

### **Artigo 447º nº 5**

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Serafim dos Anjos Aguiar Fernandes	100 acções

### **Artigo 448º nº 4**

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

( Base individual - NCA )

euros

Rubricas	Notas Quadros anexos	2 0 0 8			2007
		Valor Antes de provisões imparidades e amortizações 1	Provisões, Imparidades e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1 - 2	Líquido
<b>Activo</b>					
10+3300 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		2.849,99		2.849,99	3.135,67
11+3301 Disponibilidades em outras instituições de crédito		490.851,66		490.851,66	644.790,57
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1) Activos Financeiros detidos para negociação					
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1) Outr.Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1) Activos financeiros disponíveis para venda					
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018 (1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531 (1)-5300-53028 (1)-3710 Aplicações em instituições de crédito	13	18.000.000,00		18.000.000,00	105.000.000,00
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880 Crédito a clientes	11	456.423.193,90	13.647.744,82	442.775.449,08	380.148.183,93
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303 Investimentos detidos até à maturidade					
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303 Activos com acordo de recompra					
21 Derivados de Cobertura					
25-3580-3713(1) Activos não correntes detidos para venda	18	1.725.590,55	500.000,00	1.225.590,55	1.225.590,55
26-3581(1)-360(1) Propriedades de investimento					
27-3581(1)-360(1) Outros activos tangíveis	IV	972.960,20	839.842,21	133.117,99	159.408,46
29-3582-3583-361 Outros activos intangíveis	IV	106.392,95	104.328,05	2.064,90	6.805,40
24-357-3713(1) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300 Activos por impostos correntes		288.167,10		288.167,10	
301 Activos por impostos diferidos	3 - J)	929.498,01		929.498,01	847.569,01
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1)-3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3) Outros Activos	16 e 18	4.312.681,24		4.312.681,24	901.170,83
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>483.252.185,60</b>	<b>15.091.915,08</b>	<b>468.160.270,52</b>	<b>488.936.654,42</b>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

Armando Pinto da Costa

A Administração

Serafim Aguiar Fernandes

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

( Base individual - NCA )

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2008			2007
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Passivo</b>					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	6, 7	316.721.394,43		316.721.394,43	367.929.035,49
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47	15	3.249.148,11		3.249.148,11	2.796.120,59
490		0,00		0,00	458.598,62
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	13	7.987.978,97		7.987.978,97	7.987.978,97
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)	16 e 18	65.122.057,70		65.122.057,70	34.197.147,06
<b>Total do Passivo</b>		<b>393.080.579,21</b>		<b>393.080.579,21</b>	<b>413.368.880,73</b>
55	26	13.150.000,00		13.150.000,00	13.150.000,00
602		43.477.700,00		43.477.700,00	43.477.700,00
57					
58+59					
60-602+61	26	16.115.580,50		16.115.580,50	15.801.747,91
-56					
64	26	2.336.410,81		2.336.410,81	3.138.325,88
-63					
<b>Total de Capital</b>		<b>75.079.691,31</b>		<b>75.079.691,31</b>	<b>75.567.773,79</b>
<b>Total do passivo + Capital</b>		<b>468.160.270,52</b>		<b>468.160.270,52</b>	<b>488.936.654,52</b>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

Armando Pinto da Costa

A Administração

Serafim Aguiar Fernandes

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Base individual - NCA)

euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	2 0 0 8	2 0 0 7
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	19.255.784,87	15.658.586,75
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-11.629.446,38	-10.060.036,74
	<b>Margem financeira</b>		<b>7.626.338,49</b>	<b>5.598.550,01</b>
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81(1)-812	Rendimentos de serviços e comissões	7	4.670.139,22	4.260.095,21
68(1)-6820	Encargos com serviços e comissões	7	-357.296,50	-388.882,13
-692-693-695(1)-696(1)-698+832	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo			
+833+835(1)+836(1)+838	valor através de resultados (líquido)			
89 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)		7.584,68	238,39
-691-697-699(1)-725-726(1)-831	Resultados de alienação de outros activos			
+837+839(1)+843+844(1)				
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1)	Outros resultados de exploração	10	-18.931,66	-102.519,23
-728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848	<b>Produto bancário</b>		<b>11.927.834,23</b>	<b>9.367.482,25</b>
70	Custos com o pessoal	8	-1.612.276,99	-1.608.651,62
71	Gastos Gerais administrativos	9	-1.627.472,53	-870.044,58
77	Depreciações e amortizações	IV	-52.679,61	-78.113,68
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-5.558.182,84	-536.427,30
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a	15	0,00	-2.120.412,87
-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)			
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e			
+7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823	recuperações			
+7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724				
-8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823				
-8828(1)				
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
-877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3.077.222,26</b>	<b>4.153.832,20</b>
65	Impostos			
74-86	Correntes	3 - J)	-822.740,45	-1.391.515,43
	Diferidos		81.929,00	376.009,11
-72600-7280+8480+84400	<b>Resultados após impostos</b>		<b>2.336.410,81</b>	<b>3.138.325,88</b>
	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2.336.410,81</b>	<b>3.138.325,88</b>

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

Armando Pinto da Costa

A Administração

Serafim Aguiar Fernandes

## OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

ANEXO IV

Unidade: Euro

CONTAS	Saldo do Exercício de 2007		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31.12.2008
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)					
<b>OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>									
Despesas de Estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	105.866,80	99.061,29	242,00			4.982,60			2.064,91
Outras	284,14	284,14							
<b>OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>									
Imóveis de Serviço Próprio	407.476,26	303.698,37	3.094,16			19.068,31			87.803,74
Equipamento	604.222,20	549.489,67	18.312,38			28.628,70			44.416,21
Património Artístico	897,84								897,84
Outras Imobilizações Corpóreas									
<b>ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO</b>									
Imóveis									
Equipamento									
<b>TOTAIS</b>	1.118.747,24	952.533,47	21.648,54			52.679,61		0,00	135.182,70

O Técnico Oficial de Contas  
Armando Pinto da Costa

A Administração  
Serafim Aguiar Fernandes



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2008**

	2008	2007
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	2.336.410,81	3.138.325,88
Amortizações e Depreciações	52.679,61	56.383,49
Provisões e Imparidade	5.558.182,84	2.656.840,17
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	-67.732.420,47	-53.334.644,01
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	-3.729.951,91	271.684,29
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	-51.207.641,06	95.181.625,15
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	30.320.284,49	5.927.104,62
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-84.402.455,69</b>	<b>53.897.319,59</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	-21.406,54	-20.081,59
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas	-242,00	-3.830,86
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-21.648,54</b>	<b>-23.912,45</b>
<b><u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>		
Aumentos de Capital		50.127.700,00
Dividendos e Gratificações de Balanço	-2.824.493,29	-121.965,00
Diminuição de Resultados Transitados		
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-2.824.493,29</b>	<b>50.005.735,00</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	<b>-87.248.597,52</b>	<b>103.879.142,14</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>105.647.926,24</b>	<b>1.768.784,10</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>18.493.701,65</b>	<b>105.647.926,24</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Armando Pinto da Costa

Serafim Aguiar Fernandes

## **Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008**

(Valores expressos em euros)

### **Introdução**

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Sociedade) foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, S.A. Em 01/10/2007 assumiu a natureza jurídica de IFIC – Instituição Financeira de Crédito, alargando, estatutariamente, o âmbito dos negócios que pode realizar. Contudo, a BNP Paribas Factor continua a desenvolver, exclusivamente, a actividade de factoring nas suas diversas configurações.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, consequentemente, as operações e transacções da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo.

### **Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior**

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

### **Nota 2 – Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com os princípios, critérios e normas enunciados no Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal, Instrução nº. 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro. A partir do exercício de 2006, de acordo com o Aviso 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Sociedade passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

### **Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:



**BNP PARIBAS  
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2008.12.31, segundo o Fixing do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,3917
GBP	0,9525
DKK	7,4506
JPY	126,14

c) – Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regl geral corresponde a um período de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como custo de acordo com a sua vigência temporal.

d) – Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:



	Anos de vida útil
Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 - 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 - 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8

e) - Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e os custos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os saldos devedores e são imputados aos custos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring, os juros são cobrados e registados como proveitos, regra geral, mensalmente, sobre o montante adiantado.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) – Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa, é determinada pelo entendimento do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é aplicável também à actividade de factoring.

Englobam-se neste caso, os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea a), o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos.



**BNP PARIBAS  
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

#### Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontrem vencidos. O montante a provisionar é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo

#### Provisão para riscos gerais de crédito

Trata-se de uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito vincendo não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos pela Sociedade (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao Sector Público Administrativo.

#### Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

#### g) - Férias e subsídio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2009.

#### h) – Registo de operações de factoring

##### Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

##### Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso os valores adiantados aos Aderentes são registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores não financiados registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação tomada que, contratualmente, não é passível de adiantamento.

#### i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso, com excepção para os casos de exportação sem recurso, em que, de acordo com as normas da Associação Internacional de Empresas de Factoring (FCI) em que a Sociedade se insere, pode o risco ser assumido pela respectiva Congénere.

A Sociedade possui um seguro de crédito com uma Companhia de Seguros, de uma parte da carteira, dividindo desta forma o risco das operações sem recurso.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.

#### j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2008 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº. 28. O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2007 e o movimento ocorrido no exercício findo é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2007	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro 2008
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	847.569	81.929	-	929.498

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

#### k) - Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a um imóvel (terreno urbano) que veio à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, encontrando-se registado na rubrica de “Activos não Correntes Detidos para Venda”

#### Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade não tem carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

#### Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.

#### Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2008	31/12/2007
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de Depósitos à Ordem	13.717	5.289
Juros de Aplicações	878.574	410.177
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	17.990.755	14.693.575
Sem Recurso	372.739	549.546
	19.255.785	15.658.587
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	86.666	51.132
Mercado Monetário Interbancário	11.093.101	9.617.486
Empréstimos Subordinados	423.339	369.629
Outros Empréstimos	26.340	21.790
	11.629.446	10.060.037
<b>Margem Financeira</b>	<b>7.626.339</b>	<b>5.598.550</b>

#### Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2008	31/12/2007
<b>Comissões Recebidas</b>		
Crédito Interno		
Com Recurso	1.915.315	1.603.040
Sem Recurso	2.540.865	2.504.185
Crédito Externo		
Com Recurso	25.188	13.869
Sem Recurso	162.796	139.001
Outras Comissões Recebidas	25.975	
	4.670.139	4.260.095
<b>Comissões Pagas</b>		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	357.297	388.882

### Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2008	31/12/2007
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	450.198	436.731
Remunerações dos Empregados	819.619	830.828
Encargos Sociais Obrigatórios	287.001	290.748
Outros Custos com o Pessoal	55.459	50.345
	<b>1.612.277</b>	<b>1.608.652</b>

### Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2008	31/12/2007
Água, Energia e Combustíveis	31.524	28.792
Material de Consumo Corrente	21.361	23.326
Rendas e Alugueres	105.374	19.836
Comunicações	120.306	106.595
Deslocações e Estadas	35.972	35.508
Publicidade e Publicações	8.185	74.947
Conservação e Reparação	41.675	43.437
Seguros	334.479	166.529
Serviços Especializados	644.601	194.277
Serviços Externos e ACE	258.131	147.559
Outros Gastos Diversos	25.865	29.228
	<b>1.627.473</b>	<b>870.045</b>

### Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2008	31/12/2007
Outros Ganhos de Exploração		
Ganhos Realiz. em Activos não Corr. Det. p/ Venda		48.162
Ganhos em Activos Tangíveis – Mais-Valias	10.500	
Ganhos em Operações Descontinuados		1.420
Reembolso de Despesas	5.431	11.887
Recuperação de Crédito	2.600	61.171
Reembolso e Excesso de Estimativa de IRC	14.083	35.338
Outros Proveitos de Exploração	8.051	1.451
	<b>40.665</b>	<b>159.429</b>
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo	540	201.111
Imposto sobre Transportes Rodoviários	352	197
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	174	257
Rendas de Locação Operacional	47.355	40.147
Quotizações e Donativos	11.000	10.000
Outros Custos de Exploração	176	10.237
	<b>59.597</b>	<b>261.949</b>

## Nota 11 - Créditos a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2008, este saldo tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	110.904.013	256.302.838	367.206.851

Crédito de Cobrança Duvidosa

< 3 meses	9.928.151
Entre 3 e 6 meses	2.076.434
Entre 6 e 9 meses	164.597
Entre 9 e 12 meses	7.800
Entre 12 e 15 meses	1.298.403
Entre 15 a 18 meses	209.919
Entre 18 a 24 meses	82.123
	<u>13.767.427</u>
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	(1.198.132)

Crédito e juros vencidos

Crédito concedido sobre Administração Central e Local	13.891.159
Crédito concedido sobre outras entidades:	
< 3 meses	41.813.761
Entre 3 e 6 meses	8.566.922
Entre 6 e 9 meses	1.937.614
Entre 9 e 12 meses	1.274.088
> 12 meses	7.965.372
	<u>75.448.916</u>

Provisão para crédito e juros vencidos (12.449.613 )

442.775.449

De acordo com o artigo 15º n.º 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades do Sector Público Administrativo Português e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que ainda não se encontravam vencidos e que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 70.643.682, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial “Contratos com recurso – Facturas não financiadas”.

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser debitados ao Aderente (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2008, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	42.866.199
De 90 a 180 dias	11.411.170
De 180 a 270 dias	2.676.643
De 270 dias a 1 ano	1.366.289
Mais de 1 ano	(a) 11.211.002
Contencioso	5.917.613
	<u>75.448.916</u>

(a) – Este montante refere-se a créditos sobre a Administração Pública e a empresas ou organismos de capitais públicos, tais como EP's e EPE's.

Em 31 de Dezembro de 2008, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 81% do total dos créditos em carteira nesta data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
Sem recurso	283.572.841
Com recurso	129.188.243

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2008 a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de euros 3.249.148 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos.

## Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	6.362.608
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	310.000.000
Desconto de letras	358.786
	<u>310.358.786</u>
	<u>316.721.394</u>

Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos “Recursos de Outras Instituições de Crédito” desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	316.721.394
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

## Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2008, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

### BALANÇO

Activo:	
. Aplicações em outras instituições de crédito	18.000.000
. Juros de Aplicações em outras instit.crédito	352.250
Passivo:	
. Recursos de outras instituições de crédito	316.721.394
. Outros passivos	296.911
. Passivos subordinados	7.987.979

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

. Comissões Recebidas	1.410
. Juros e encargos similares	5.475.384
. Outras comissões pagas	51.032
. Outros encargos e gastos operacionais	22.988

Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	6.362.608
- Até 3 meses	310.358.786
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

### **Nota 14 - Empréstimos Subordinados**

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

### **Nota 15 - Provisões e Imparidade:**

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	599.605	598.527	-		1.198.132
Crédito vencido	7.942.985	4.507.171	543	-	12.449.613
Riscos gerais de crédito	2.796.121	456.548	3.521	-	3.249.158
	11.338.711	5.562.246	4.064	-	16.896.893

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000

Em 31 de Dezembro de 2008, a Imparidade Acumulada existente, referente a “Activos não Financeiros Detidos para Venda” refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

**Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:**

- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	491.779
- Despesas com Encargo Diferido	177.855
- Outras contas de regularização – Activo	<u>3.518.546</u>
	<u>4.188.180</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	164.414
Por Gastos com o Pessoal	199.425
De Outros Encargos a Pagar	197.492
- Receitas com Rendimento Diferido	573.971
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	5.942.320
Diversas Operações a Regularizar	<u>11.543.620</u>
	<u>18.621.242</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de “Outras Contas de Regularização - Activo”, inclui, como valores mais relevantes, os montantes de 1.456.830 euros imputados às facturas antecipadamente e referentes a transferências bancárias, 1.144.641 euros de juros a debitar aos Aderentes dos adiantamentos de Dezembro, 45.795 euros de Imposto de Selo sobre os referidos juros, 119.000 euros de imposto de selo estimado, pela utilização durante o mesmo período, 534.493 euros de indemnizações, cobertas pelo seguro, pagas pela Companhia aos Aderentes que aguardam reembolso da respectiva Seguradora, 49.381, euros a receber da Administração Fiscal (processo de retenção na fonte de IRC sobre dividendos de 1998 pagos à BNP Paribas – França) e 108.931 euros referentes a diversas despesas relativas ao loteamento do terreno da “Turreal”.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Valores Cobrados” refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. Este montante foi regularizado, durante os primeiros dias de Janeiro de 2009, por contrapartida da rubrica “Créditos a Clientes”.

## Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da sociedade de 13.150.000 euros, está representado por 2.630.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

O capital subscrito é detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

## Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" do activo e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.725.591
- Devedores e Outras Aplicações	124.501
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	191.825
- Credores por Contratos de Factoring	45.913.530
- Sector Público Administrativo	<u>395.461</u>
	<u>46.500.816</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Setembro de 2005, por uma empresa independente em euros 2.200.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

## Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	5
- Enquadramento	4
- Outras funções	<u>20</u>
Total	29

## Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2008, é o seguinte:

- Conselho de Administração	392.197
- Fiscal Único	29.309

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.

#### Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, são os seguintes:

- Activo	4.287.254
- Passivo	4.135.591

#### Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenha sido gerada em operações de importação e exportação.

#### Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2007 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2008 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
14.674	423.339	83.164	354.849

#### Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal e correspondente Derrama.

Nos termos do Artigo 81º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2005 a 2008 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito relevante nas demonstrações financeiras anexas.

## Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.

## Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados				Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres, Pr.Emissão e Imp.Diferidos	Resultados Transitados	Total	
Saldos em 31/12/2007	13.150.000	3.723.016	55.556.432	-	59.279.448	3.138.326
Aplicação do resultado de 2007	-	313.833	-	-	313.833	(313.833)
Dividendos	-	-	-	-	-	(2.691.393)
Gratificações ao pessoal	-	-	-	-	-	(133.100)
Lucro líquido em 31/12/08	-	-	-	-	-	<u>2.336.411</u>
Saldos em 31/12/2008	13.150.000	4.036.849	55.556.432	-	59.593.281	2.336.411

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

## Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe dos saldos relacionados com o Sector Público Administrativo é como segue:

### Saldos Credores

Retenções de impostos sobre o rendimento	37.974
Retenções de imposto de selo	260.860
Contribuições para a Segurança Social	28.315
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado	68.311

### Saldos Devedores

IRC – A Recuperar	288.167
-------------------	---------



**BNP PARIBAS  
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

## **Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço**

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha compromissos revogáveis referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 121.885.000 Euros.

Porto, 31 de Dezembro de 2008

O Técnico Oficial de Contas

Armando Pinto da Costa

A Administração

Serafim Aguiar Fernandes

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2008, a actividade **BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.


O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

O FISCAL ÚNICO

Porto, 8 de Fevereiro de 2009



---

**MAZARS & ASSOCIADOS, SROC SA**

representada por Justino Mendes do Santos Romão (ROC nº 379)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 468 160 270,52 Euros e um total de capital próprio de 75 079 691,31 Euros, incluindo um resultado líquido de 2 336 410,81 Euros) e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector financeiro em Portugal.

Porto, 8 de Fevereiro de 2009

  
\_\_\_\_\_  
**MAZARS & ASSOCIADOS, SROC SA**  
representada por Justino Mendes do Santos Romão (ROC nº 379)